

Silviano Santiago

Uma nota de rodapé

Uma escavação em busca do significado das reflexões de Jacques Derrida acerca dos arquivos do Museu Freud conduz ao problema político do arquivo – um lugar onde “em princípio nada deva ser secreto” – que se explicita numa “nota de rodapé” no texto derridiano.

> 1. A casa “patriarcal” da psicanálise e o arquivo do vocábulo “arquivo”

Desde o momento em que o filósofo Jacques Derrida (1930-2004) recebeu da psicanalista Elizabeth Roudinesco o convite para fazer uma reflexão sobre “arquivo” até o minuto em que a transmitiu ao público no Museu Freud, em Londres, podia-se prever que o texto optaria pelo conforto intelectual. Sintomático que sociedades científicas e uma ou duas fundações de fomento à pesquisa tivessem apoiado em 1994 o simpósio que deu origem à conferência *Mal d’archive*, hoje em livro publicado pelas Éditions Galilée.¹ O evento se realizou num “local privilegiado” que, antes de se transformar, no ano de 1982, em *arquivo* – o arquivo por excelência da modernidade ocidental –, tinha sido a casa dos antepassados e do pai da psicanálise.

O arquivo que motiva a reflexão do filósofo francês foi entregue a todo interessado pela transmissão de posse à humanidade numa casa (a do clã Freud), numa escrita científica (a da psicanálise) e numa assinatura (a do seu “pai”). A transmissão de posse foi exarada numa “escritura” que vem autenticada pelo tabelionato do patriarcalismo bíblico-judaico, vale dizer, que vem legitimada pela letra da ciência psicanalítica, segundo o próprio Jacques Derrida.

Sintomático, por isso, que a questão da assinatura da “filha”, Anna Freud, seja um fantasma que irrompe inesperada e necessariamente em *Mal d’archive*. Em certo momento, o conferencista julgou oportuno lembrar a pergunta que foi feita ao próprio Sigmund Freud (1856-1939): “Quando sua filha fez chegar essa mensagem ao congresso de Jerusalém era ‘em nome do senhor’ que ela se exprimia?” Nos últimos anos, as questões de gênero [*gender*] vêm perturbando toda e qualquer disciplina do saber, todo e qualquer conforto institucional, em particular o daquelas instituições que, pelo viés patriarcal, insistem em escamoteá-las, dissua-

di-las, ou negá-las.

Talvez o local do colóquio e a fonte de financiamento sejam as principais causas para que a reflexão de Derrida se abra por um curtíssimo parágrafo, na verdade de uma única frase, aparentemente enigmática: “Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo”. Começar pelo começo e pelo arquivo só teria sido possível se o filósofo entrasse na arena da reflexão para enfrentar, como a um touro enfurecido, o tema proposto para o colóquio que iria ser realizado dentro do museu: *Memory – the question of archives* [Memória – a questão dos arquivos]. Na verdade, nem a dita “memória” nem a dita “questão” (do arquivo) poderiam abrir teoricamente a reflexão do autor de *De la Grammatologie* [Da gramatologia]². Será aberta por um vocábulo escrito.

Logo depois dos dois segmentos de frase negativos citados acima, entrará em cena o vocábulo “arquivo”, que já aparece, como costumava dizer o poeta Carlos Drummond de Andrade, “em estado de dicionário”.³ Do primeiro vocábulo estará em evidência aquilo que o seu próprio e intransferível “arquivo”, sob a forma que nos é fornecida pelo dicionário etimológico, hospeda como significados paralelos e sucessivos dele. Ao se abrir com a “chave” lexicográfica a porta do arquivo do verbo “arquivo”, começa a reflexão de Jacques Derrida em *Mal d’archive*. No arquivo do vocábulo “arquivo” está a sua raiz etimológica e estão sucessivamente dispostos e expostos os múltiplos significados que o significante acolheu e lhe deram o peso e o valor que o trouxeram íntegro e múltiplo à atualidade.

Não será também sintomático do conforto intelectual do filósofo que o outro tópico, o da dita “memória”, que serviria para substantivar o motivo pelo qual a casa patriarcal se transformou em museu, apareça concretizado na raiz grega de “arquivo”, o vocábulo *arkhé*, cuja longuíssima “memória”, isto é, cujo extenso e exaustivo

“arquivo” lexicográfico começará a ser desenrolado no segundo parágrafo da reflexão? Em arquivos lexicográficos, o um se desdobra em dois e continuará a se desdobrar *ad infinitum*.⁴

O ouvinte (agora, o leitor) é informado de que o vocábulo grego *arkhé* hospeda original e originariamente tanto o *commencement* (começo) como o *commandement* (mandamento e/ou comando). A reflexão sobre *arquivo* ganha alento em dois significados paralelos e simultâneos do significante *arkhé*, que ocupam respectivamente os dois assentos numa única *causeuse*,⁵ que é a “forma” metafórica que todo verbete adquire ao ter o seu corpo bifido desenrolado por lexicógrafos no dicionário, no caso, o da língua grega. Os dois significados tomam cada um o respectivo assento numa *causeuse* – o vocábulo *arkhé* – que, não por coincidência, possibilita que “conversem”⁶ hermeneuticamente as idéias de “começo” e “mandamento” (p. 11). Na reflexão de Jacques Derrida, o tópico da dita memória e a dita questão do arquivo só poderiam dar o chute inicial pelo viés inusitado dum vocábulo grego em estado de dicionário.

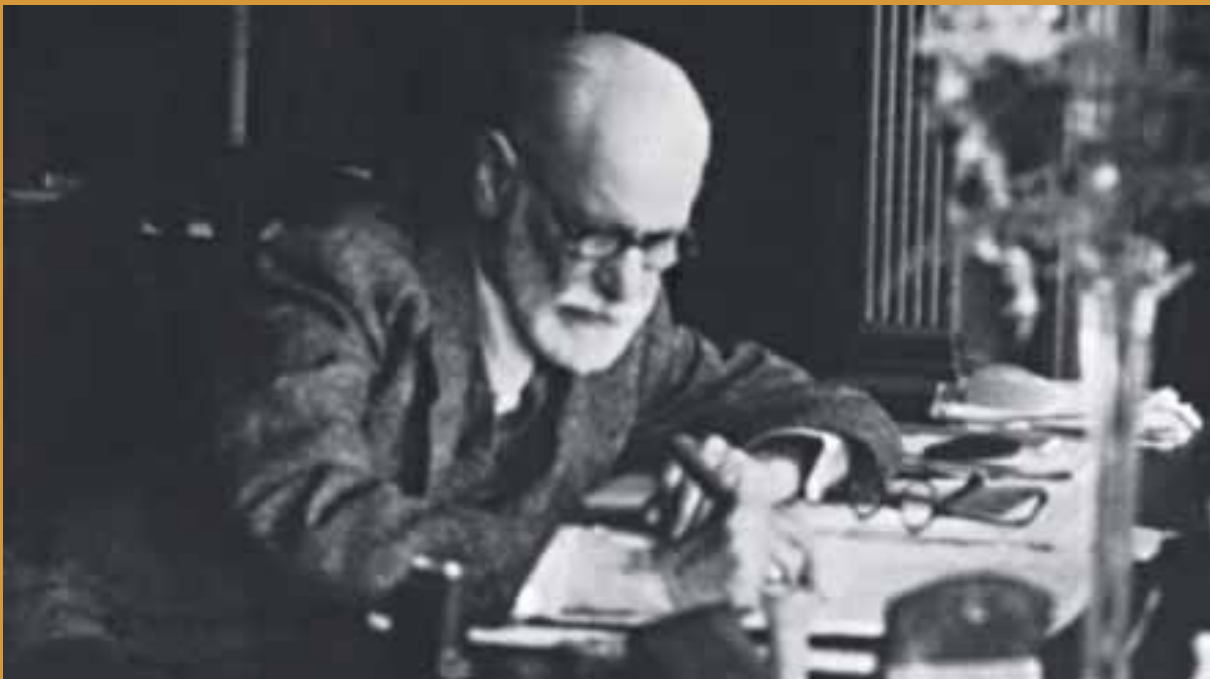
Percurso da escrita

Ao iniciar a leitura da reflexão de Jacques Derrida, o leitor já conhece de antemão a estrada a ser percorrida, embora o percurso da escrita seja sempre um mistério. A estrada por onde trafega a escrita será configurada, definida, delimitada e problematizada *a priori*, ou seja, seu devir (à *venir*, em francês) será embalado por uma série infinita de bifurcações significantes devidamente dicionarizadas: “desde então uma série de clivagens não deixará mais de dividir cada átomo de nosso léxico” (p. 11). Como disse o narrador de *El jardín de senderos que se bifurcan*, conto de Jorge Luis Borges⁷: “Ts’ui Pen teria dito uma vez: ‘Retiro-me para escrever

um livro’. E outra: ‘Retiro-me para construir um labirinto’. Todos imaginaram duas obras; ninguém pensou que livro e labirinto eram um só objeto”.

Aparentemente, há “ilusão de ouvido” (como se diz “ilusão de ótica”) na reflexão de Jacques Derrida. Onde deveria ser oferecida ao ouvido do espectador uma reflexão filosófica sobre a dita memória e a dita questão do arquivo, lhe estão sendo oferecidos, em sucedâneo e pelo lexicógrafo *doublé* de filósofo, a “memória” e o “arquivo” dum vocábulo grego, memória e arquivos esses que serão “abrigados” na atualidade pelo vocábulo neolatino *archive*, que, por sua vez, virá abrigar a todos os intermediários nas páginas seguintes da conferência. A ilusão de ouvido é, pois, apenas aparente, já que tanto a questão da “memória” quanto o conceito de “arquivo” têm valor concreto e intercambiável graças ao arquivo do vocábulo *arkhé* que nos é oferecido. Sem escavações arqueológicas na língua grega, tal como autenticada pelo dicionário etimológico, não há reflexão gramatológica sobre a dita memória e a dita questão do arquivo.

Apesar de ser apenas aparente, a ilusão de ouvido não é gratuita. A intercambialidade da questão da memória e do conceito de arquivo com o arquivo que o vocábulo *arkhé* contém tem um fim a ser imediatamente flagrado – levar o conceito de arquivo a esquecer a memória da raiz grega originária e original, a fim de que na escrita derridiana se abra espaço para outros “significantes” a serem levantados debaixo de diferente teto geográfico-cultural. Trata-se da operação histórica em que o vocábulo *arkhé* se deixou “encampar” pela língua latina. Dessa forma, o conceito de arquivo vai ganhar outra raiz lingüística, vale dizer, vai se esgueirar por uma nova ordem etimológica e significativa: “Tal conceito não é fácil de arquivar” (p. 12). Num segundo momento, com a ajuda do intermediário



Sigmund Freud trabalha em seu consultório em Londres; abaixo, sua mesa de trabalho com coleção de objetos de arte.
Cartões postais. Freud Museum Publication Ltd. 20 Marsfield Gardens, Londres. Coleção Sônia Larica Magalhães Alves, BH.

arkheion, a reflexão do filósofo francês se desloca da Grécia para Roma e se firma e passa a se afirmar de maneira concreta e institucional no vocábulo latino *archivum* (ou *archium*). Por sua vez, este vocábulo latino hospeda outro e original arquivo etimológico, que é imediatamente nomeado. *Archivum* (ou *archium*): “Inicialmente, uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os ‘arcontes’, aqueles que comandavam” (p. 12-13).

O arquivo que os vocábulos gregos *arkhé* e *arkheion* hospedam ganha, em latim, uma casa “institucional”, aonde o “começo” e o “mandamento” (propostos pela etimologia grega) vêm da lei dos deuses, já que nela habitam os arcontes, seus intérpretes terrenos. Domicílio e endereço, os significados do verbete *archivum* se entremostam como referência à residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que legislam. É ainda naquela casa (“casa particular, casa de família ou casa administrativa”, p. 13) que se depositam os documentos, cuja guarda está sob a responsabilidade dos arcontes. Eles são, portanto, não só os guardiões, mas também os hermeneutas: “Eles têm o poder de *interpretar* os arquivos” (p. 13). À semelhança do que acontece com a casa dos Freud, que se transforma em museu, “a residência marca a passagem institucional do privado ao público”, mas não necessariamente a passagem “do secreto ao não-secreto” (p. 13). Conclui Derrida: “Transformada em museu, a casa de Freud hospeda todos esses poderes da economia” (p. 20).

Consignação e o princípio arcôntico

Sob o poder da legítima autoridade hermenêutica, a do arconte (a do pai da psicanálise, na reflexão de Derrida), o arquivo requer a figura da “consignação”. Tome-se o verbo “consignar” não apenas nos seus significados correntes (confiar ou entregar algo a alguém,

depositar algo num local etc.), mas também – adverte precavidamente Derrida – num significado menos comum, o que conota que o ato de “consignar” deve “reunir os signos”, deve juntá-los, já que, em caso contrário, estariam sendo dispersos pela “heterogeneidade” (p. 14-15). Esclarece o filósofo: “A consignação tende a coordenar um único *corpus* num sistema ou numa sincronia, em que todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal” (p. 14). “Consignar” significa, pois e ainda, configurar idealmente, homogeneamente, um conjunto coeso, no caso da conferência de Jacques Derrida, o do *corpus* da psicanálise, cujo domicílio é o Museu Freud na cidade de Londres.

Em *Mal d’archive* Derrida declina vários significados do verbo *consigner*, no entanto, se esquece dum significado recente, que está devidamente consignado (perdão pelo trocadilho) no dicionário *Petit Robert*.⁸ O esquecimento do filósofo é a razão para esta modestíssima nota que, na parte 2 desta exposição, sairá em busca duma nota de rodapé no próprio texto da conferência.

O *Petit Robert* informa ao leitor que o verbo *consigner* pode ainda significar, no século 20, “Interdire l’accès de (un lieu). Consigner sa porte à quelqu’un, lui interdire l’entrée” [Proibir a entrada em (um local). Embargar a porta a alguém, interditar-lhe o acesso]. De posse do previsível e imprevisto significado para *consigner*, o leitor de *Mal d’archive* rodopia diante da porta giratória de entrada ao livro, rodopia, mimetizando o movimento da porta, é expelido e sai em busca duma outra “chave” junto aos arcontes. A outra chave de entrada lhe é sonogada pelos arcontes. O acesso ao arquivo lhe é vedado.

Pelo desvio do dicionário francês, o leitor descobre que nem sempre alguns usuários – ou vários ou todos – podem consultar os arquivos. Isso está

também lá no verbo *consigner*.

Diga-se que o esquecimento pelo filósofo do significado recente do verbo é apenas aparente, porque, do momento em que entra a questão da invenção freudiana (*commencement*), o que acontece no momento preciso em que o poder arcôntico e a consignação (*commandement*) são invocados substantivamente pelo texto da conferência, o significado esquecido se torna presente numa premonição: “Por todo lado em que se interrogasse ou se contestasse direta ou indiretamente o princípio arcôntico, sua autoridade, seus títulos e sua genealogia, o direito que ele comanda, a legalidade ou a legitimidade que dele dependem, por todo lado em que o *secreto* ou o *heterogêneo* [grifos nossos] viessem ameaçar a própria possibilidade da consignação, tudo isso não poderia deixar de ter graves conseqüências para uma teoria do arquivo bem como para a sua constituição institucional” (p. 15).

Desde que ameaçados, tanto a genealogia, que institui a ciência psicanalítica, quanto o princípio arcôntico freudiano, que a legisla, como a consignação, que configura de maneira ideal um conjunto homogêneo, podem interditar a porta do arquivo a alguém (“*consigner la porte à quelqu’un*”, como registra o dicionário), a fim de evitar graves conseqüências para uma teoria derridiana do arquivo e também para a normalidade institucional da antiga casa dos Freud. Acrescentemos que interditar a porta do arquivo a alguém significa, por um lado, que o “homogêneo” tenha se tornado o *modus organizandi et operandi* do arquivo e, por outro lado e contraditoriamente, que o “segredo” tenha sido instituído como arma de poder no recinto fechado, apesar de que, em princípio, nada deva ser secreto num arquivo.

2. Sociedade (La Société) pré-existe ao arquivo que

pré-existe ao museu

“E não quero discípulos. Em arte: escola = imbecilidade de de muitos para vaidade dum só.”
Mário de Andrade⁹

Essa outra *consignation* (lembramos: a que serve para interditar um local a alguém) é evidentemente um “problema político”, a não ser confundido com o principal interesse do filósofo, que é o trabalho da “desconstrução” da memória e da teoria do arquivo, em particular do arquivo que transformou a residência patriarcal dos Freud em museu da psicanálise. Levantar o mais recente dos vários significados do verbo *consigner* – não por coincidência o significado original dos novecentos – tem o sentido de facultar a entrada dum “apêndice” no recinto da conferência de Jacques Derrida, e é esse sentido apendicular que nos leva a desviar a atenção do corpo escrito dela para adentrar por “uma nota de rodapé” (a nota 1, na p. 15 da edição original de *Mal d’archive*). Nesta se lê que o problema “político” do arquivo orienta permanentemente o filósofo, mas – adverte ele – a duração duma conferência não permite abordá-lo diretamente e com exemplos. Não há tempo nem espaço para o político em *Mal d’archive*. Ou melhor, há o tempo e o espaço da nota de rodapé.

Graças a ela o filósofo pode lançar duas pedras ao lago de letras em corpo dez, circunscrito pelas em corpo 12, para vê-las criar ondulações na superfície do espelho d’água. A primeira pedra é atirada com vistas à necessária “democratização” do arquivo (e, por extensão, da sociedade) e a segunda, com vistas a um livro recente, *Archives interdites. Les peurs françaises face à l’histoire contemporaine* [Arquivos proibidos]. Os temores franceses frente à história contemporânea¹⁰,

de Sonia Combe. Neste, a autora alimenta a tese de que a interdição dos arquivos públicos franceses – em particular dos arquivos históricos, onde está em papel e letra originais a história da ocupação alemã, o colaboracionismo, a perseguição aos judeus na França e a deportação deles para os campos de concentração nazistas e, finalmente, a história da guerra da Argélia (1954-1962) –, a interdição desses arquivos a alguém tem algo a ver com a “corporação” dos historiadores daquele país.

Antes de voltar ao livro de Sonia Combe e ao problema da interdição dos arquivos públicos franceses a pesquisadores da história contemporânea, mostremos como as letras em corpo menor (da nota de rodapé) possibilitam a abertura duma outra e também substantiva janela na conferência de Jacques Derrida, de onde o leitor (este, por exemplo) pode visualizar e apresentar aos ouvintes – e com eles discutir – a proposta de leitura “política” do movimento psicanalítico feita por François Roustang no livro *Un destin si funeste* [Um destino tão funesto]¹¹. (Esclareça-se que naquele livro, através de notável *close reading* [leitura textual] da vasta e acidentada correspondência hoje possivelmente “consignada” ao Museu Freud, se analisam as relações do mestre com os principais discípulos.) Detecta-se na leitura do livro de Roustang um problema de *consigne*, no sentido específico que nesta nossa narrativa se empresta ao verbo *consigner*, que antecede (e dela difere) a própria “consignação” no sentido de homogeneização, que Derrida requer como característica do arquivo institucional, por definição uma *res publica* (coisa pública). O sentido esquecido do verbo *consigner* permite que se questione o “segredo” no interior do museu e que se abra espaço para a “heterogeneidade” no campo psicanalítico.

Triângulo da exclusão

De maneira irretocável, Roustang tocou o dedo na ferida narcísica do inventor e arconte definitivo da teoria psicanalítica. Percebeu que no processo de constituição da primeira sociedade psicanalítica houve sempre duas narrativas paralelas superpostas que, como no palco do teatro clássico, se desenrolavam uma no *côté cour* e a outra no *côté jardin* (p. 14). Num dos lados do palco, *côté cour*, transcorria a extraordinária criação duma ciência; no lado adjacente do palco, *côté jardin*, desenrolava-se ao mesmo tempo uma medíocre história de costumes. É esta a história que Roustang desentranha da vasta correspondência do mestre com os discípulos.

Pouco antes de o mestre morrer, Karl Abraham (1877-1925) lhe escreve uma carta em que se dá conta de que era um discípulo bem especial. Roustang vai valer-se das palavras de Abraham para transformá-lo em caso paradigmático que, por sua vez, servirá de motor de arranque ao livro *Un destin si funeste*. A partir de agora acompanharemos de perto o livro. No trecho da carta que o ensaísta francês destaca está em causa a “paixão exclusiva” (p. 10) que o discípulo exige do mestre e, em contrapartida, a recusa deste em conceder àquele o pedido de exclusividade.

Enquanto discípulo, Abraham quis sempre afirmar-se como único e, em sucessivas cartas ao mestre, comentava de maneira negativa atitudes ou escritos dum outro discípulo, um terceiro, atitudes ou escritos que desagradavam a ele, discípulo, e, por isso, também desagradariam ao mestre – daí a necessidade e o interesse da correspondência. Na troca de cartas, o pedido de exclusividade e a subsequente recusa acarretam o que esta nossa narrativa chamará de “triângulo da exclusão”. O jogo de cena se dá, portanto, em dois movimentos consecutivos e de efeitos opostos, e tem o seu desfecho determinado



Porta do consultório de Sigmund Freud em Viena. Fotografia de Edmund Engelman, 1938. ENGELMAN. *La maison de Freud*. Bergasse 19, Vienne. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

por seguidas ordens terminantes do mestre.

O mestre reage negativamente à demanda de exclusividade do prosélito, exigindo do emancipacionista que não ultrapasse as fronteiras do espaço que lhe é próprio – o do discipulado. No entanto, temeroso de o prosélito vir a abandonar o campo psicanalítico, o mestre acaba por reconhecer que tinha exagerado na repreensão a ele. Leiamos um trecho da carta de Abraham a Freud: “com indulgência o senhor fechava os olhos ao que havia de questionável no comportamento das pessoas em questão, enquanto todas as repreensões eram descarregadas sobre minha pessoa, injustiça que o senhor reconheceria logo em seguida” (p. 9).

Na carta que escreve a Freud antes de este morrer, Karl Abraham reconhece que a acusação de grosseria [*brusquerie*] que Freud lhe imputa levou-o a perceber que o procedimento tinha sido recorrente no correr dos anos. Tinha, portanto, algo de *déjà-vu*, ou seja, de novo o mestre estava a inseri-lo numa situação já acontecida algumas vezes no passado. Abraham se lembra, por exemplo, do momento em que foi acusado pelo mestre de “ciumento” em relação a Carl Gustav Jung (1875-1961) e de “não-amigável” em relação a Otto Rank (1884-1939) – estes dois, ao contrário de Abraham, abandonariam posteriormente o campo freudiano.

Foi em 1908 que se deu o atribulado litígio entre Abraham e Jung. Abraham assinala ao mestre que Bleuler¹² e Jung buscam certa notoriedade no desenvolvimento da teoria sobre a sexualidade. Valem-se das idéias do mestre, mas não o citam, preferindo enunciar a ascendência intelectual do professor Meier, um zero absoluto segundo a opinião de todos. Se no plano teórico Freud dá razão a Abraham, critica-o, ou melhor, critica o relacionamento profissional que Abraham passou a manter com Jung. A reprimenda tem um duplo intuito: serve para desprestigiar Abraham no grupo de discípulos e dar peso a Jung, que, na leitu-

ra de Roustang, era o “ariano capaz de tirar a psicanálise do gueto judaico” (p. 10). Roustang cita a carta de Freud a Abraham: “Não quero abrir mão da colaboração de um dos senhores, mas, para dizer a verdade, não posso informar a um o quanto o outro me é caro” (p. 11).

Em 1913 cortam-se as relações entre o mestre e o discípulo Jung. Poucos anos depois será a vez de Otto Rank e de Sándor Ferenczi (1873-1933). Comenta Roustang: “Abraham não procura dissociar o Comitê, mas a desvalorizar Rank e Ferenczi, fazendo deles pequenos Jungs...” (p. 16).

Esse gênero de ocorrência vinha se repetindo desde 1908. Por isso é que Karl Abraham, na última carta que escreve a Freud, conclui que o mestre, por não estar consciente de opiniões que ele próprio tinha dos discípulos, leva um deles a falar (indevidamente) em seu próprio nome. No momento em que o mestre se conscientiza de que esteve emprestando ao discípulo o “papel” de mestre, reage de maneira inesperada, acusando-o (indevidamente) de ciúme ou de traição à causa. Escreve Abraham: “[...] exprimo uma opinião que no fundo é a do senhor, mas o senhor se recusa a torná-la consciente” (p. 9). O que está em jogo na “paixão exclusiva” é que há e sempre haverá desavença entre os discípulos, se e quando Freud se ligar com exclusividade a um deles.

Exibida na comunidade, a exclusividade exigida pelo discípulo na paixão pelo mestre pode acarretar a “exclusão” daquele por este. Não é que o discípulo não possa ter exclusividade. Esta lhe será negada no momento em que o mestre percebe que o pedido está suscitando um exercício (negativo) de comparação entre os discípulos, que coloca em jogo a causa. Conclui Roustang: “A luta entre os discípulos para que um deles seja reconhecido pelo mestre como único – portanto e de certa maneira, com a exclusão, dos

outros – se desdobra numa luta do mestre para manter os discípulos na condição que lhes é própria” (p. 12).

Ao desdobrar a questão levantada pela exigência de exclusividade, Roustang descobre que no *côté jardin* do palco psicanalítico se desenvolve uma economia patriarcal,¹³ que rege as relações entre o mestre e seus discípulos. Aquele é sempre credor, estes são sempre devedores. Novamente o caso de Karl Abraham é paradigmático. Por receber de Freud a consideração de aluno e discípulo, por o mestre ter intercedido a seu favor na Alemanha, possibilitando-lhe bons rendimentos financeiros, por tê-lo aceito finalmente como membro da “família”, Karl Abraham escreve a Freud: “Guardo sempre o sentimento de que é difícil para mim fazer o ‘bastante’ em favor da nossa causa, porque, de vários pontos de vista, a dívida que contraí com o senhor é enorme” (p. 14). Observa Roustang que Abraham ficará “profundamente obrigado a uma *dívida* [grifo nosso] de reconhecimento”.

A dívida é, no entanto, impagável, como o próprio Abraham vai descobrir. As críticas que ele fez a Jung são oferecidas como um presente [*cadeau*] ao mestre (“acabo de dar a última demão num presente que anexo à resposta”). O *cadeau* será por sua vez retribuído ao discípulo, pois Freud promete a Abraham a notoriedade a partir da publicação do próximo *Jahrbuch*: “O senhor terá acesso automático a uma posição que lhe dará o poder de enorme influência” (p. 14). A dívida é impagável e, como observa Roustang, “o presente [por parte do discípulo], antes de pagar qualquer coisa, significa um pedido de reconhecimento privilegiado [ao mestre], que engendrará uma dívida maior” (p. 14).

O lugar do silêncio

Num primeiro momento e com a ajuda de Sarah Kofman no seu livro *Un métier impossible*¹⁴, podemos

argumentar que, frente à palavra dos discípulos, o mestre não soube se valer do “silêncio”. Lembra ela que, quando o paciente se dirige ao analista e espera com urgência uma resposta, nada é mais escandaloso e doloroso do que o silêncio do outro lado do divã. Dessa perspectiva, para que houvesse “homogeneidade” no recinto do museu da psicanálise, teria sido necessário que a correspondência entre Freud e seus discípulos tivesse uma peculiaridade escandalosa e única.

Que ela fosse constituída de cartas que ficariam sem resposta, cartas de vários (discípulos) dirigidas a um único destinatário (o mestre), que por sua vez permaneceria todo o tempo em silêncio. Como lembra Sarah Kofman, a não-resposta do analista (no caso da correspondência analisada por Roustang, a não-resposta do próprio Freud) é essencial, já que visa a transformar radicalmente a relação do doente com a linguagem. Não deve mais se servir dela como instrumento de comunicação, de troca ou de diálogo. Ele (no nosso caso, o discípulo) passa a falar por falar, ou, no contexto da análise de Roustang, passaria a escrever cartas por escrever cartas, sem esperar resposta. Conclui Sarah Kofman: “Curar-se é ser capaz de se tornar indiferente à palavra do outro, apartar-se dela para brincar sozinho, na presença do outro”.

Para reforçar sua tese, Kofman se vale de duas ajudas. A primeira do psicanalista Donald Woods Winnicott que, no ensaio “A capacidade de ser só”, no livro *Da pediatria à psicanálise*,¹⁵ demonstra que “o estado de solidão é um estado que (paradoxalmente) implica sempre a presença de outro” e que “a atitude para a solidão autêntica tem seus fundamentos numa primeira experiência de ser só na presença de alguém”. A segunda ajuda é decorrente da primeira. Vem do próprio Freud, inspirada que foi pela célebre análise do episódio *Fort-da*.¹⁶ A criança que brinca com o carretel na ausência dos pais tem, no entanto, excelentes relações com eles e, apesar de ser muito ligado à mãe, nunca

chora durante as ausências dela. Conclui Kofman a favor da sua tese: “Ela [a criança] é capaz de atirar a mãe para longe, *fort*, somente porque ela está sempre ali, *da*, mesmo quando ausente. Em virtude de ter interiorizado um bom objeto, a mãe, ela é capaz de ser só – com ou sem ela –, de brincar, de brincar com ela, mandando-a passear lá longe”.

Num segundo momento e dando continuidade à análise da correspondência feita por Roustang, podemos chamar a atenção para outro fato. A partir e dentro dessa economia das trocas simbólicas, que a correspondência entre Freud e seus discípulos representa, nasceu em 1910, muitas décadas antes da institucionalização em museu da casa dos Freud na cidade de Londres, a Associação Psicanalítica Internacional, cognominada *La Société*. Entreguemos a palavra a Roustang, que por sua vez segue de perto as próprias palavras de Freud em *Contribuição à história do movimento psicanalítico*¹⁷:

A obediência à pessoa de Freud e à causa, o refúgio que cada um encontra no fundador, a compreensão paternal, a exigência de fidelidade, a solicitude por questões de dinheiro (quando alguém entrou no círculo, deve-se assistência a ele, encontra-se pacientes para ele, empresta-se dinheiro, etc.), a *entrada na família de Freud* [grifo nosso] que transforma os discípulos em *clientes* no sentido romano do termo,¹⁸ todos esses traços convergem para desenhar uma sociedade bastante precisa.

Os traços não surgiram como que por acaso durante as relações dos primeiros psicanalistas entre eles, mas foram codificados por ocasião da fundação duma “Associação psicanalítica internacional” em 1910. Freud propunha então que a Associação escolhesse um chefe (*ein Oberhaupt*), que, depois do desaparecimento do

fundador (*der Führer*), seria o sucessor, seu lugar-tenente (*ein Ersatz*) e “teria uma autoridade capaz de aconselhar e de desaconselhar”. (p. 24-25)

Chegado a esse momento do raciocínio, Roustang como que pede auxílio ao primeiro Jacques Derrida, ao filósofo da “desconstrução”. É preciso desconstruir a noção clássica de associação, ou de sociedade, ou seja, de laço social. O lugar da história da psicanálise – o lugar do “arquivo” da psicanálise – não seria o ocupado pela Sociedade, mas o das complicadas e complexas relações humanas, sociais, intelectuais etc., entre os participantes/construtores. Daí a escolha da correspondência do mestre com os discípulos como o lugar privilegiado para se estudar a “comédia de costumes” que tornou o conteúdo do “arquivo” paradoxalmente homogêneo, velado que foi sendo pelo segredo exigido pelo arconte. O próprio Freud tinha se dedicado à tarefa de desconstrução das “multidões artificiais”. Tal o fez ao analisar a Igreja e o Exército. Na correspondência analisada por Roustang está a “chave” para a desconstrução. Em uma das cartas Freud define o “grupo” de psicanalistas (o mestre e os discípulos) como tendo a coesão duma “horda selvagem”, tópico de caráter antropológico, a que na época está dedicando toda a atenção teórica. O desfecho da investigação sobre a horda selvagem se encontra no livro *Totem e tabu*¹⁹, publicado em 1912.

Incapaz de guardar o silêncio, envolvido como sempre esteve nos mínimos detalhes da constituição da ciência psicanalítica, Freud deixa que se desenvolva sob os seus olhos uma história onde nada une mais uns aos outros do que o “crime” cometido por todos e cada um. Dessa forma é que, através de François Roustang, fazemos entrar na conferência de Jacques Derrida esse outro e inesperado significado para o verbo *consigner*, que serve para desconstruir a homogeneidade e o segredo, que envolvem a *consignation* tal como preconizada

por *Mal d'archive*.

3. Os arquivos públicos e a escrita da história como ciência

Com a ajuda das palavras de François Roustang percorremos um desvio. Voltemos ao espelho d'água das letras impressas em corpo dez de *Mal d'archive*. Naquela nota de rodapé, como adiantamos, o filósofo francês faz referência ao livro *Archives interdites*, de Sonia Combe.

Nela, Jacques Derrida incorre num segundo esquecimento. Deixou de assinalar que o livro de Sonia Combe causara grandes polêmicas no meio da arquivística francesa.²⁰ Tão grande tinha sido o barulho causado pela primeira edição que a autora se sentiu obrigada a preceder a edição de 2001 de um novo prefácio, onde rebate dignamente a maioria das acusações que lhe foram feitas e nomeia os poucos que estiveram sempre ao seu lado, em particular Philippe Grand e Brigitte Lainé, que são *Conservateurs en chef du patrimoine*. É destes uma *Carta-aberta ao Primeiro Ministro* [Lionel Jospin], datada de 29 de maio de 2001, onde se repete algo que, desde o mês de messidor ano II,²¹ sempre choca as instituições e/ou as autoridades responsáveis: “O acesso aos arquivos públicos não deve ser reservado à comunidade científica. Os arquivos são propriedade de todos os [cidadãos] franceses”. Isso tem de ser afirmado em alto e bom som porque – segundo ela – “a desconfiança em relação a toda pessoa exterior à corporação, a atitude defensiva, o medo de sair do discurso oficial,²² a incapacidade de afrontar uma atitude crítica muitas vezes me irritaram, me enervaram. Tudo parecia submetido ao regime do segredo [...]”.

Vê-se que o modelo de pesquisador advogado por Sonia Combe, aliás, devidamente nomeado no livro, é o ati-

vista político Victor Basch (1863-1944), presidente da Liga dos Direitos do Homem na década de 1920. No dia 29 de maio de 1927, Basch publica no jornal *L'Œuvre* um artigo com o audacioso título de “Ouvrons nos archives!”. Comenta Sonia: “No dia 21 de junho, ainda no jornal *L'Œuvre*, o historiador Aulard [Alphonse]²³ dá continuidade [a Victor Basch] e se indigna com o fato de que a França não tenha seguido o exemplo dos outros países beligerantes a fim de permitir que se estabeleçam as causas da guerra”.

Segredo e mentira

Saímos do campo da teoria psicanalítica para entrar no campo da história como ciência. Do ponto de vista de Sonia Combe, esta não poderá ser escrita legitimamente se não houver uma reorganização total do modo como os arquivos públicos daquele país estão sendo administrados desde a Revolução Francesa e do modo como os três poderes franceses têm legislado sobre a consulta aos arquivos. Vale dizer que o grande inimigo de Sonia Combe é o “segredo” e a “mentira”, mecanismos de que se vale todo e qualquer Estado totalitário (*apud* Hannah Arendt)²⁴ para preservar os arquivos à distância dos pesquisadores.

No início das suas pesquisas Sonia Combe descobre espantada: “Em três arquivos, o inventário da série W [refere-se esta ao período da Ocupação] nos será negado: na cidade de Rodez, localizada no departamento de Aveyron, a pessoa incumbida da classificação da série W estava de férias no momento em que lá fomos. Seu escritório, fechado a chave, contém o que faz às vezes de inventário. Segundo o responsável, o fundo referente à ‘Ocupação’ nunca fora trabalhado”. Não há história como ciência sem o apoio dos documentos e sem a pesquisa em completa liberdade nos arquivos. A história como ciência deve fazer justiça e, como tal, não é mera extensão do corpo executivo, legislativo e jurídico

duma nação.

Os percalços na tarefa de pesquisador e a escrita polêmica são, portanto, o terreno natural do ensaio que estaremos lendo e, de certa forma, a questão arquivística pode ser compreendida “politicamente” a partir do mesmo modelo de que se valeu François Roustang para desentranhar na correspondência de Freud com os discípulos o modo como se foi constituindo e se desconstituindo, no *côté jardin* da teoria psicanalítica, a Associação Internacional de Psicanálise. Segundo *Archives interdites*, não há como não solicitar aos demais pesquisadores que se organizem *contra* a administração francesa dos arquivos públicos. O modo de ação dos modernos pesquisadores terá de ser o dos “grupos de pressão” junto ao poder constituído, como veremos.

Como escrever a história da França durante a “Ocupação”, a da perseguição aos judeus e a das guerras da descolonização, como escrever a história recente da Europa sem que se possam consultar convenientemente os respectivos e variados arquivos públicos franceses que, de 1975 a janeiro de 1994, praticamente 20 anos, foram dirigidos pelo medievista Jean Favier²⁵ e controlados por uma legislação intolerante e autoritária? Como não perceber as diferenças entre duas instituições, que sempre nos parecem próximas e semelhantes, a biblioteca e os arquivos, mas que na verdade têm funcionamento totalmente diverso? Que história estava e estará sendo escrita e como estavam e estarão sendo consultados os arquivos? Essas e muitas outras perguntas são respondidas com pertinência e conhecimento de causa pela autora. Os petardos da ensaísta não se dirigem apenas aos arquivos do Estado, mas também aos arquivos da Igreja. Em determinado momento, lembra a pergunta – retórica, é claro – feita em 1994 por Monseigneur Charles Molette, presidente-fundador dos Arquivos da Igreja da França: “Com que direito criticar a Igreja por

ter demorado tanto a liberar seus arquivos, quando o Estado conserva sempre os seus encobertos?”

O motivo para as reações pesadas e até violentas contra o livro e contra a autora – por parte das autoridades e de muitos colegas – pode ser detectado numa leitura ainda que sumária de *Archives Interdites*, onde sobressai uma comparação deprimente para o Ocidente europeu. Sonia Combe fez a carreira de pesquisadora nos arquivos do Leste da Europa, em particular na Alemanha Oriental. Nos anos 1980, querendo pesquisar o passado nazista nos arquivos da RDA, foi convidada várias vezes pela Universidade Humboldt. Reconhece que ela própria, apesar de todas as dificuldades que os pesquisadores enfrentavam naquela parte da Europa, teve até certa facilidade em fazer as consultas que fez, posteriormente transmitidas ao grande público através de artigos escritos para a imprensa francesa. Confessa que a regra germânica dizia que o pesquisador ocidental deveria ser acompanhado por um *Betreuer* (um acompanhante encarregado de pilotar o estrangeiro nas pesquisas). Ela se recusou a aceitar o acompanhante. Mesmo assim, pôde fazer sua pesquisa. Confidencia: “Não sei e tudo indica que nunca saberei (a não ser que tenha acesso ao dossiê que eventualmente a *Stasi*²⁶ constituiu a meu respeito, aliás, direito que me faculta a legislação alemã) por que razão me foi concedida a autorização para fazer minha pesquisa em toda independência”.

Depois da experiência no Leste europeu é que foi despertado seu interesse pelos arquivos franceses e os temas nacionais. Deu-se conta tardiamente da condição da pesquisa nos arquivos pátrios. A descoberta concreta aconteceu no momento em que decidiu iniciar pesquisa sobre Janina Sochaczewska, uma jovem judia de origem polonesa, à memória de quem o livro é dedicado. Janina fora internada em outubro de 1939 no campo de mulheres da cidade de Rieucros, no departa-

mento da Lozère, por razões que nunca lhe foram confiadas. Lá permaneceu até 1942, momento em que poderia ter-se exilado no México. Recusou o exílio, dado por ela como uma forma de “deserção”, para trabalhar com a Resistência em Lyon. No primeiro capítulo da edição original, *Viagem iniciática ao mundo dos arquivos*, brotava o pomo da discórdia, que iria sendo amadurecido durante o desenrolar do ensaio.

No tocante à ocupação alemã e à colaboração francesa, no tocante à perseguição aos judeus e à deportação de muitos para a Alemanha, no tocante às guerras da descolonização (em particular a da Argélia com o episódio parisiense da matança dos argelinos em 17 de outubro de 1961, cujos cadáveres foram jogados no rio Sena),²⁷ as dificuldades em consultar os arquivos franceses não diferiam – segundo Sonia Combe – das que a maioria dos ocidentais encontrou ao querer pesquisar os arquivos dos países do Leste. Escreve Sonia: “Pode-se temer que o bloqueio aos arquivos da ‘guerra suja’ [da Argélia] seja mais conflituoso do que o bloqueio aos de Vichy”. Comparados aos demais países do Primeiro Mundo ocidental, os arquivos franceses do século 20 estavam trancados a sete chaves e driblavam a curiosidade dos pesquisadores não-comprometidos com o *establishment*.

A revelação chocante sobre a legislação que rege os arquivos franceses lhe fora feita, indiretamente, pelos historiadores norte-americanos Robert Paxton e Michael Marrus, autores do livro *Vichy et les juifs* (publicado em 1981 e hoje encontrado em edições de bolso). Em entrevista da época, eles afirmaram que “em matéria de pesquisa histórica sobre a ocupação, a França estava sempre à espera da sua *glasnost*”. A que acrescenta Sonia: “Essas palavras foram para mim uma revelação, no sentido próprio do termo. Ainda que eu não trabalhasse com a França, acompanhava a produção histórica sobre o regime de Vichy, que me parecia ir muito bem”.

Lei do silêncio

O estudo pormenorizado da legislação que, desde a Revolução francesa, governa a entrega dos arquivos ao cidadão é objeto do extraordinário terceiro capítulo do livro de Sonia Combe, “A lei do silêncio”.

Para nós, brasileiros, para a nossa geração, torna-se particularmente instrutivo ler as páginas daquele capítulo que tratam dos vários modos como a ideia de “anistia” – e a conseqüente legislação – entram e saem na discussão sobre os acontecimentos referentes à ocupação e o colaboracionismo. Informa Sonia que, engajada na depuração dos arquivos de Vichy, a Quarta República (1946-1958) logo teve como horizonte a anistia. Em seguida a uma anistia parcial decidida em 1947, é votada no dia 5 de janeiro de 1951 a primeira lei de anistia dos crimes da “Ocupação”. A segunda lei o será no dia 24 de julho de 1954. Ao se valer do livro coletivo intitulado *Oublier nos crimes. L’amnistie nationale: une spécificité française?* [Esquecer nossos crimes. A anistia nacional: uma especificidade francesa?]²⁸, nossa autora comenta: “Na França, a anistia é um ato político tradicional, ‘característico da lógica que está nos fundamentos da nação’. Da Comuna [1871] à Nova-Caledônia [1988], passando por Dreyfus, Vichy ou a Argélia, sempre se impuseram a necessidade de evitar as rupturas e de apagar as asperezas”.

Ao esforço da anistia, soma-se o fato de que o decreto de 27 de fevereiro de 1952 sobre os arquivos dispõe sobre a incomunicabilidade dos documentos que tenham menos de 50 anos. Um dos artigos institui nova restrição: “Os documentos confidenciais referentes a pessoas ou ao papel dos homens públicos só serão entregues ao público depois da morte deles”.²⁹

O estudo comparativo da condição de acesso aos arquivos nos diferentes países do Ocidente leva Sonia a

afirmar (o itálico é dela): “*Em todos os países envolvidos pela guerra, é na França que se acentua o maior atraso no tratamento da documentação*”. E continua: “Quer se trate da Alemanha, do Reino Unido, ou ainda dos Estados Unidos, os Arquivos nacionais desses países não somente já inventariaram como também publicaram, e até mesmo reeditaram, o estado das fontes no que se refere à Segunda Guerra mundial”.

É no prefácio de 2001 que Sonia Combe se pergunta se seria algo típico da comunidade científica francesa a submissão ao poder total que o Estado mantém sobre os “seus” (as aspas são dela) arquivos. À falta de resposta, lembra o caso norte-americano onde as associações de historiadores seguem *pari passu* o processo lento e constante e enriquecedor de “desclassificação” dos documentos. Como se sabe, naquele país os adjetivos *classified* [sigiloso] e *unclassified* [franqueados a todos] são usados para informar, respectivamente, se o documento ainda tem a consulta reservada, ou se já é de domínio público. Lembra Sonia que, para acelerar o processo de *desclassificação*, “os historiadores [norte-americanos] não hesitam em constituir grupos de pressão a fim de que o prazo de 30 anos seja obedecido. Trinta anos depois da crise de Cuba, os documentos da CIA podiam ser consultados (e comercializados) em microfichas”.

Ao leigo informamos que uma das páginas mais responsáveis da Internet é a do National Security Archive (http://www.gwu.edu/~nsarchiv/nsa/the_archive.html), que é mantida por uma biblioteca e um instituto de pesquisa, geridos de maneira independente por organização não-governamental. O Arquivo está sediado na George Washington University, em Washinton D.C. Ele coleta e publica documentos desclassificados, adquiridos através do Freedom for Information Act. Pode-se ler no site: “Processos previamente abertos pelo Arquivo trouxeram ao domínio público nova documentação sobre a crise dos mísseis cubanos, o negócio Irã-contra

e outros tópicos que mudaram o modo como os especialistas interpretam esses acontecimentos”. Para consultar a documentação, muito dela referente às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, utilize-se o seguinte endereço eletrônico: <http://www.nsarchive.org>.

Notas |

- * Palestra pronunciada na Fundação Casa de Rui Barbosa em 2006.
1. DERRIDA, Jacques, *Mal d’archive: une impression freudienne*. Paris: Éditions Galilée, 1995. As páginas citadas desta obra virão no texto, entre parênteses.
2. DERRIDA, Jacques. *De la grammatologie*. Collection Critique. Paris: Minuit, 1967.



3. ANDRADE, Carlos Drummond de. “Procura da poesia”. In: _____. *A Rosa do Povo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945.

4. Já Ferdinand de Saussure nos tinha alertado para o movimento semântico que rege a lógica da língua: “Um termo dado é como o centro duma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados, cuja soma é indefinida”. Ver BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia* (III.3.5). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1971.

5. Informa o *Dictionnaire Petit Robert*: Causeuse - “Petit canapé (où deux personnes peuvent s’asseoir pour causer). *C’était une de ces causeuses qu’on appelait des dos-à-dos*” (grifo do autor).

6. Estamos usando o verbo “conversar” no sentido que lhe empresta Richard M. Rorty: “A hermenêutica é o que nos sobra quando deixamos de ser epistemológicos. [...] A hermenêutica vê as relações entre vários discursos como cabos dentro de uma possível conversa, conversa que não pressupõe matriz alguma disciplinar que una os falantes, mas em que nunca se perde a esperança de se chegar a um acordo enquanto a conversa dure. Não se trata da esperança em descobrir um terreno comum e anterior, mas simplesmente da esperança de se chegar a um acordo, ou, pelo menos, a um desacordo interessante e frutífero” (La filosofia y el espejo de la naturaleza. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p. 289. *Philosophy and the Mirror of Nature*, Terceira parte, subcapítulo “Comensuração e conversação”).

7. BORGES, Jorge Luis. O jardim de veredas que se bifurcam [El jardín de senderos que se bifurcan]. In: _____. *Ficções* [1941]. Obras completas. São Paulo: Globo, 1999. v. 1 (1923-1949), p. 530.

8. ROBERT, P. *Le Petit Robert*. Paris: Les dictionnaires-Robert, 1990.

9. ANDRADE, Mário de. (1922) Prefácio interessantíssimo. In: _____. *Poesias completas*. São Paulo: Martins, 1974. p. 32.

10. COMBE, Sonia. *Archives interdites* [1994]. Paris: La Découverte, 2001. Nesta edição de 2001, atualmente no comércio e consultada por nós, o livro ganhou novo prefácio. O título permanece o mesmo, *Archives interdites*, mas o subtítulo passou a ser: *L’histoire confisquée*.

11. ROUSTANG, François. *Un destin si funeste*. Paris: Minuit, 1976 [as páginas citadas desta obra virão no texto, entre parênteses]. Da nossa parte, informamos que no livro de François Roustang o conceito de “política” está tomado no sentido que lhe empresta o controvertido jurista e filósofo alemão Carl Schmitt – a política como relação amigo-inimigo. Segundo o *Dicionário de Política* (Bobbio, Matteucci e Pasquino, Editora UnB/Imprensa Oficial de São Paulo), para Schmitt, “o campo de origem e de aplicação da política seria o antagonismo e a sua função consistiria na atividade de associar e defender os amigos e de desagregar e combater os inimigos. Para dar maior força à sua definição, baseada numa oposição fundamental, amigo-inimigo, Schmitt a compara às definições de moral, de arte etc., fundadas também em oposições fundamentais como bom-mau, belo-feio etc.” (verbetes “Política”).

12. Paul Eugen Bleuler (1857-1940), psiquiatra suíço notável pelas suas contribuições para o entendimento da esquizofrenia. Quando diretor do hospital universitário Burghölzli empregou Carl Jung como interno.

13. Estamos usando o adjetivo “patriarcal” seguindo a lição de Carlos Drummond de Andrade, em particular nos poemas em que está em jogo a relação pai e filho tal como estampada “nas tábuas da lei mineira de família” (poema “O beijo”). Por exemplo, no poema “Escrituras” (em *Menino antigo*): “Cada filho e sua conta, / em cada conta seu débito / que um dia tem de ser pago. / A morte cobrando dívidas / de que ninguém se lembrava, / mas no livro de escrituras, vermelha, a dívida estava”.

14. KOFMAN, Sarah. *Un métier impossible*. Lecture et construction en

psychanalyse. Paris: Galilée, 1983. p. 14-15.

15. WINNICOTT, Donald. *Da pediatria à psicanálise*. São Paulo: Francisco Alves, 1982. *Apud* KOFMAN. *Un métier impossible...*, p. 15.

16. O jogo do *Fort-da*, brinquedo de uma criança de 18 meses, neto de Freud, é tomado como inspiração para introduzir um dos textos mais “fascinante e mais desconcertante da obra freudiana”, segundo o psicanalista francês Jean Laplanche.

17. FREUD, Sigmund, *Contribuição à história do movimento psicanalítico*. In: EDIÇÃO STANDARD BRASILEIRA das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

18. Homem ligado ao padrão por dedicação pessoal [nota de Roustang].

19. FREUD, S. (1912-1913). *Totem e tabu*. In: EDIÇÃO STANDARD BRASILEIRA das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

20. No que se refere à consulta dos arquivos públicos contemporâneos, a legislação francesa depende muito da “leitura” que dela faz o responsável pela aplicação das leis. A letra da lei é democrática, mas sua leitura é, pelo menos, idiossincrática. Daí que a crítica ao funcionamento dos arquivos franceses acabe por atingir “diretamente” o primeiro ministro (na época, Lionel Jospin) e os funcionários graduados do Ministério da Cultura.

21. Sonia Combe informa que a lei do 7 messidor ano II (24 de junho de 1794) diz “Todo cidadão pode solicitar a consulta dos documentos que se encontram no depósito dos arquivos, nos dias e horas que estão afixados”.

22. Não devemos nos referir apenas ao discurso oficial. No momento em que redigia este trabalho, consultei tanto a *Encyclopedia Britannica* 2006 quanto a *Encarta*, também de 2006, e ambas ainda não se referem ao massacre dos argelinos ocorrido em Paris no dia 17 de outubro de 1961. No verbete sobre a vida política na França, faz-se menção ao fato de que Maurice Papon, chefe de polícia de Paris na ocasião, tinha sido condenado em 1999 a dez anos de prisão por “cumplicidade com crimes contra a humanidade”. Lembre-se que em 1997 o episcopado francês faz declaração de arrependimento junto às autoridades judaicas pelas atrocidades cometidas durante a ocupação. A única alusão ao acontecimento histórico de 1961 está num verbete de “literatura”. Refere-se a um romance de Didier Daeninckx da *série noire*. Lemos: “*Meurtres pour mémoire* (1984) lembra a repressão sangrenta contra a manifestação parisiense do FLN [Frente de Liberação Nacional] no dia 17 de outubro de 1961, bem antes que o julgamento do prefeito Papon coloque o episódio ocultado pela história às luzes da atualidade”).: será um filme, com o sintomático título de *Caché*, que de novo falará abertamente sobre a degola dos argelinos.

23. François-Alphonse Aulard, historiador francês (1849-1928).

24. ARENDT, Hannah. *Da mentira à violência*: ensaios de política contemporânea. Paris: Editora Calmann Levy, 1972. Leia-se esta entre as muitas outras epígrafes do livro: “A veracidade nunca fez parte das virtudes políticas e a mentira sempre foi considerada um meio perfeitamente justificado nos negócios políticos”.

25. A partir de março de 1994, o posto de Favier passa a ser ocupado por um outro medievista, Alain Erlande-Brandenburg. Como se pode imaginar, grande parte da reação negativa ao livro de Sonia Combe se deve à crítica aos medievistas que seguidamente ocupam os postos-chave na administração dos arquivos. Todos eles são formados pela École Nationale des Chartes, alvo também de críticas severas. Os medievistas não teriam a formação indispensável para se compreender os problemas

da história contemporânea. Segundo a enciclopédia *Encarta*: “Ao final da sua formação, de posse dum diploma de arquivista-paleógrafo, a maioria dos alunos da École des Chartes se dirige às carreiras de arquivista no seio dos serviços dos arquivos nacionais e departamentais, de bibliotecário nas bibliotecas públicas e universitárias, de pesquisador no CNRS, de conservador de museu e na academia”.

26. O serviço secreto alemão oriental, criado em 1950.

27. Lembremos que esta palestra foi apresentada em primeira mão na Fundação Casa de Rui Barbosa. Ao final, durante o debate, Violeta Arraes lembrou que estava sendo exibido um filme extraordinário sobre o evento, cujo título já dizia tudo, *Caché*, de Michael Haneke (2005). Convidamos o leitor a assisti-lo.

28. NICOLAÏDIS, Dimitri (Ed.). *Oublier nos crimes. L’amnistie nationale*: une spécificité française? Paris: Ed. Autrement, 1994. (Coleção Mutation)

29. Estranha coincidência. No dia 17 de fevereiro de 2007, quando revejo o texto para a publicação, Maurice Papon (1910-2007) morre em Paris. Alto funcionário francês condenado por crimes contra a humanidade cometidos durante o regime de Vichy e por ocasião da guerra da Argélia. Pode-se imaginar a corrida aos arquivos...

Silviano Santiago, ensaísta, ficcionista e poeta, é um dos introdutores do pensamento de Jacques Derrida no Brasil. Escreveu, entre outros livros, *Em Liberdade* (romance) *O Cosmopolitismo do pobre* (ensaio), *Histórias mal contadas* (contos) e *Crescendo durante a guerra numa província ultramarina* (poesia). Organizou e prefaciou a antologia *Intérpretes do Brasil* (3 volumes).